



**PROJETO COMISSÃO PRÓPRIA
DE AVALIAÇÃO
CPA**

**FACULDADE DO CEFI
FACEFI**

**PROJETO COMISSÃO PRÓPRIA DE
AVALIAÇÃO**

Porto Alegre/RS
2017

Sumário

1.0 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA IES: ORIGENS E PERSPECTIVAS	4
2.0 PRESSUPOSTOS E DIRETRIZES.....	5
3.0 OBJETIVOS	7
4.0 FOCOS E DIMENSÕES.....	8
5.0 METODOLOGIA.....	11
6.0 INSTRUMENTOS UTILIZADOS.....	13
7.0 ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS.....	13
8.0 PONTO CRÍTICO	14
9.0 RECURSOS	14
10.0 COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA.....	15
11.0 AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS DECORRENTES DAS AUTOAVALIAÇÕES E DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS.....	16
12.0 AÇÕES PROPOSTAS	17
1ª. ETAPA - PREPARAÇÃO/SENSIBILIZAÇÃO	17
2ª ETAPA – DESENVOLVIMENTO	18
3ª ETAPA - CONSOLIDAÇÃO	19
13.0 BIBLIOGRAFIA.....	20

1.0 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA IES: ORIGENS E PERSPECTIVAS

A avaliação institucional na realidade da educação brasileira significa deparar-se com uma história recente contemplando uma trajetória bastante peculiar. Foi na década de 90 que as Faculdades brasileiras, acompanhando o fenômeno já instalado em outras realidades, começaram efetivamente a praticar a avaliação institucional e a desenvolver a teoria sobre essa prática.

A avaliação institucional surge num contexto complexo vivido pelo ensino superior diante do reordenamento econômico e social. São feitas exigências às instituições de ensino pela sociedade, que cobra a legitimidade, enquanto ocorre restrição das políticas de financiamento pelo Estado, permeadas por pressões das forças do mercado. Essa problemática gera questões de relação de poder entre Estado e instituições, no momento em que essas se deparam com transformações com as quais têm dificuldade de dialogar.

Diante desse quadro ocorrem discussões permeadas por diferentes paradigmas sobre o papel da Faculdade, a qualidade do trabalho educacional e a necessidade da avaliação. No final da década de 80 e início de 90 constata-se nos meios educacionais um amplo debate sobre o sentido e a natureza da avaliação institucional associado às questões das funções e da autonomia da Faculdade. Há um clima de reconhecimento da necessidade de as instituições enfrentarem a exigência da avaliação, a fim de fortalecerem sua posição nas negociações e buscarem seu aperfeiçoamento. Nos encaminhamentos feitos pelos diferentes segmentos ligados ao ensino superior, constatavam-se preocupações com as políticas oficiais para educação que buscavam imprimir a lógica da produtividade e racionalidade, destacando a avaliação como instrumento.

Nesse clima, mas com orientação muito diferenciada das relações controladoras que se procurava imprimir entre governo e instituições, surge o Programa de Avaliação Institucional das Faculdades Brasileiras - PAIUB, instituído pelo MEC em 1993. Um número significativo de instituições aderiu ao PAIUB, na maioria pública, mas também particulares e comunitárias, como resposta às preocupações anteriormente apontadas. A importância da avaliação institucional foi reafirmada no contexto da educação brasileira devido à sua incorporação ao texto da atual LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional), Lei nº 9394, promulgada em 1996. A referida lei trouxe ao cenário da educação uma ênfase especial à questão da avaliação, institucionalizando-a como processo necessário da administração do ensino. Ainda na década de 90 verificou-se no cenário brasileiro um esvaziamento do PAIUB, havendo um deslocamento do foco da avaliação, da consideração da dimensão institucional mais abrangente e processual com ênfase na participação, para a ênfase numa lógica classificatória, com incentivo à competitividade e ênfase em projetos reguladores.

Constata-se hoje que, nesse clima de debate entre governo, instituições e sociedade, a avaliação institucional passou a fazer parte obrigatória das agendas das discussões acadêmicas. Estudiosos da área têm mostrado a importância da avaliação construída pela instituição para fortalecer sua autonomia frente às transformações que vem enfrentando e que são geradoras de crises as quais a Faculdade tem tido dificuldade de resolver. Considera-se desejável a instalação de um processo reflexivo e integrador em que as instituições prestam contas às comunidades interna e externa e buscam o aperfeiçoamento.

2.0 PRESSUPOSTOS E DIRETRIZES

Compreender a Faculdade no seu estágio atual exigiu a escolha de um paradigma de avaliação que acolhesse a complexidade de sua forma de ser indicada pelo paradoxo do uno e do múltiplo, pela convivência inquieta e estimulante da ambiguidade. Essa escolha deveria também contemplar a intenção de um processo avaliativo calcado na construção coletiva pelos sujeitos institucionais, numa perspectiva de revisão partilhada de rumos em busca do aperfeiçoamento das ações. Acolher a complexidade de sua forma de ser da Faculdade exige cautela e uma ação gradativa e contínua para encaminhamento da avaliação.

Tal perspectiva vai orientar toda a dinâmica avaliativa, resguardando especificidades de tempos de propagação e apropriação. Assim, no que diz respeito à abrangência das dimensões institucionais a serem avaliadas, todos os aspectos serão considerados, apresentando-se, num primeiro momento, com análises em menor grau de profundidade e caminhando para níveis mais complexos em outros ciclos de avaliação. Além disso, como ponto de partida,

será dada ênfase à Missão Institucional, considerada orientadora para outras dimensões e fundamental para a construção coletiva do sentido de qualidade pretendido para a Faculdade.

O tempo e a abrangência do processo de envolvimento da comunidade poderão ser acelerados a partir da ação dos canais de comunicação da instituição. Outra marca do processo de avaliação assumido pela IES caracteriza-se pelas peculiaridades da participação da comunidade no trabalho avaliativo. Em uma Faculdade com perfil cooperativista, pautada pela abertura a uma prática democrática de gestão e que mantém, inclusive, uma estrutura de poder e uma dinâmica de tomada de decisões calcada na participação da comunidade para definição de políticas e rumos, é um desafio, diante de sua atual expansão e complexidade.

É necessário, então, oportunizar condições objetivas que favoreçam a inserção consciente e crítica dos sujeitos, que possibilitem o diálogo, criando espaços públicos para se negociar consensos. Acreditando que o caráter participativo do processo de avaliação é condição para a consciência da realidade e o compromisso com propostas de mudanças, a IES procura garantir a participação estruturando-a como participação qualificada. Tal participação está baseada no respeito aos sujeitos pela sua vivência e inserção na Faculdade. Assim, assegura-se a presença de participantes diretamente envolvidos com o objeto de avaliação, compondo com outros que vivem o ambiente institucional. São gerados espaços de diálogo - as oficinas de trabalho, que ocorrem em momentos principais do processo de avaliação e organizados de forma a favorecer o debate e a reflexão, sempre a partir de material de apoio previamente preparado em forma de propostas preliminares.

Complementando essas diretrizes da dinâmica avaliativa, coloca-se outra condição do processo: garantia da legitimação pela comunidade dos principais encaminhamentos do trabalho de avaliação. Tal oportunidade, vinculada à participação, se constitui como facilitador do envolvimento dos sujeitos e da superação do caráter punitivo e controlador das práticas avaliativas. São previstos três fóruns principais de legitimação que ocorrem em momentos específicos do processo de avaliação:

- I. Na construção do projeto, quando a Faculdade define e legitima o quadro de referência, ou seja, a grade de leitura da realidade no que diz respeito às diferentes dimensões institucionais a serem avaliadas.
- II. No desenvolvimento do projeto, para legitimação das prioridades e dos procedimentos de coleta e análise de dados, bem como das formas de envolvimento dos diferentes setores e segmentos nesse processo.
- III. Na análise e na interpretação dos dados, para legitimação das análises e das sugestões e indicativos para tomadas de decisão decorrentes da avaliação.

Ainda se coloca como pressuposto do processo de avaliação da IES, o reconhecimento de que o olhar avaliativo deve implicar a leitura compreensiva e a interpretação da realidade, a partir de um processo intersubjetivo de produção de sentidos pela comunidade. Nessa perspectiva, essa leitura não deve ser reduzida à produção de um retrato, mas considerar o processo histórico de cada dimensão institucional, que na IES tem as marcas da construção coletiva. Além disso, deve reconhecer outras leituras já realizadas, produto das iniciativas de avaliação, que se constituem preocupação contínua dos diversos setores da Faculdade, assim como considerar a avaliação externa produzida pelos órgãos oficiais.

As possibilidades de revelar a realidade implicam ainda na aceitação de que as práticas avaliativas são mediadas por elementos de natureza psicossocial que são orientadores das ações dos sujeitos, podendo acarretar facilidades ou dificuldades para o encaminhamento da avaliação. Tais elementos precisam ser desvendados no processo, juntamente com os sujeitos envolvidos, a fim de minimizar possíveis resistências e fazendo fluir o movimento que a avaliação pode gerar.

3.0 OBJETIVOS

Orientado pelos pressupostos e diretrizes anteriormente explicitados, o processo avaliativo a ser desencadeado na IES tem como finalidade subsidiar a construção e consolidação de um sentido comum de Faculdade contemplando os aspectos sociais, políticos, filosóficos e éticos da ação e gestão educativa.

Contempla os seguintes objetivos:

- I. Realizar um processo partilhado de produção de conhecimento sobre a Faculdade, que torne possível a revisão e o aperfeiçoamento de práticas, tendo como referências o PDI e o PPI.
- II. Instalar um sistema de informação e divulgação de dados ágil e preciso com a participação dos diferentes segmentos da Faculdade garantindo a democratização das ações.
- III. Efetivar análise contínua da ação educativa buscando vê-la com clareza, profundidade e abrangência.
- IV. Implantar uma cultura de avaliação orientada por um processo reflexivo, sistemático e contínuo sobre a realidade institucional.

4.0 FOCOS E DIMENSÕES

O processo avaliativo considera a realidade institucional em sua abrangência, delineando três espaços complexos, denominados focos, que interagem entre si e se integram por meio da Missão da Faculdade: Instituição e Sociedade, Políticas e Gestão e Apoio.

Orientado pelos objetivos gerais do processo de avaliação da IES, que destacam o caráter partilhado de reflexão contínua de produção de conhecimento sobre a realidade, o **1º Ciclo de Auto avaliação** visa:

- Implantar uma dinâmica avaliativa que possibilite a construção coletiva do processo e a participação consciente pelos sujeitos que integram a Faculdade;
- Desencadear um processo de avaliação que germine sua continuidade e não perca de vista a globalidade da instituição;
- Coletar, sistematizar e analisar informações, integrando dados institucionais existentes com os produzidos, de forma a ampliar a compreensão da realidade;
- Imprimir um caráter formativo ao processo avaliativo que leve à reflexão crítica sobre as finalidades e as práticas institucionais, identificando possibilidades e avanços, dificuldades e equívocos, com vistas ao aperfeiçoamento institucional e pessoal.

O processo avaliativo proposto pela IES configura-se como uma totalidade que se desdobra na medida em que a comunidade vive as atividades desencadeadas. Assim sendo, a organização em etapas não representa necessariamente uma cronologia sequencial, mas conjuntos de ações que se integram e devem ser percorridas. São previstas três etapas, assim estruturadas:

- Construção coletiva do Projeto;
- Desvelamento coletivo da realidade;
- Comunicação negociada.

As ações se concretizam em situações de participação compartilhada, de forma a favorecer o diálogo, como condição para a efetivação da avaliação. As atividades, obedecendo aos princípios de flexibilidade e de atendimento às necessidades da comunidade da IES, contarão com a participação dos diferentes setores da instituição e terão um caráter formativo.

A elaboração de matrizes da avaliação se constitui como condição básica para as reflexões de todas as demais etapas do trabalho avaliativo. As matrizes compõem, enquanto produto da construção coletiva, o quadro de referência definido pela comunidade da IES para leitura da Faculdade. As matrizes de avaliação das diferentes dimensões institucionais a serem avaliadas serão construídas pela CPA.

Essa etapa do processo de avaliação caracteriza-se pela aproximação do empírico amparada por instrumental especialmente construído, buscando desvelar os sentidos das práticas, com a direção do olhar previamente definida pelo grupo dos atores institucionais. Demanda, portanto, uma diversidade de ações relativas tanto à elaboração de instrumentos, formas de coleta de dados, como ao processamento, às análises e interpretação das informações levantadas. Esse momento se constitui com amplas possibilidades de interações e diálogos com grande parte da comunidade, interna e externa.

Considerando as especificidades da realidade institucional da IES, o início das atividades dessa etapa passa necessariamente pelo diálogo com a comunidade para definição das prioridades a serem consideradas na avaliação, tendo como referência as matrizes já legitimadas. Como descrito, serão organizadas oficinas de trabalho com participação de interlocutores qualificados das diferentes áreas e com representação dos segmentos que integram a instituição. Nesse processo de

priorização, quando também serão discutidos os encaminhamentos para coleta de dados, será levado em conta o tempo disponível para o trabalho e as condições institucionais para sua efetivação. Algumas ações podem ser dimensionadas:

- A construção e pré-testagem de instrumentos diversificados para a coleta de dados. Estão previstos questionários para alunos, professores e funcionários, roteiros para análise documental, entrevistas e grupo focal, envolvendo a comunidade externa e interna;
- Mapeamento das informações já existentes na Faculdade no que diz respeito às diferentes dimensões a serem avaliadas;
- Administração e logística do levantamento de informações, recorrendo em muitos casos à opção on-line, dada a amplitude da Faculdade;
- Estabelecimento de critérios que orientarão os julgamentos avaliativos, tomando como referência os objetivos expressos no PDI e o PPI;
- Processamento, análise e interpretação dos dados de avaliação, incluindo para tanto, a utilização de softwares disponíveis que atendam às características dos dados levantados.

Na busca de uma compreensão não fragmentada da Faculdade, considerando a complexidade da IES, as análises serão encaminhadas de forma a contemplar, ao mesmo tempo, as especificidades e o conjunto dos dados coletados. Além disso, a exploração das informações ocorrerá de forma cumulativa, na perspectiva da propagação-difusão quando da pedra jogada na água. Assim, análises e sínteses se complementarão, oferecendo um dinamismo e aprofundamento que possibilite orientar e ampliar as interpretações.

A **elaboração de relatórios** integra e sintetiza as etapas anteriores finalizando o ciclo de avaliação. Esta etapa supõe a sistematização da análise dos resultados contendo o balanço crítico dos aspectos avaliados, bem como a indicação de encaminhamentos e sugestões que se fizerem necessárias para os diferentes níveis decisórios da Faculdade. Implica também em diálogo com a comunidade sobre as análises de cada dimensão em fóruns de interlocução especialmente organizados para tal. Nesse momento serão propostas as sugestões para tomada de decisões. Finalizada esta etapa haverá um diálogo da auto avaliação com a avaliação externa desencadeada pelo MEC, o que

contribuirá para complementação e aprofundamento dos olhares avaliativos sobre as dimensões institucionais.

5.0 METODOLOGIA

Quanto à metodologia utilizada na avaliação, lembra-se que, reconhecendo que avaliação supõe um julgamento de valor, e há diferentes formas de emití-lo: pode ser pessoal e subjetivo ou pode ser consensual, envolvendo um grupo de análise que se baseie numa exaustiva coleta e interpretação de dados e, ainda, a forma considerada uma pesquisa científica, traduzida numa sofisticada análise estatística de dados objetivos, obtidos por meio de complexos modelos de pesquisa.

Pode-se, ainda, considerar que a avaliação constitui uma forma nova, diferente, de se fazer ciência, o que exige novos procedimentos metodológicos. Pode-se considerar, enfim, que as informações disponibilizadas pela Avaliação Institucional constituem documentos fundamentais para subsidiar as próximas etapas do Planejamento Estratégico. Ao apontar aspectos da vida institucional nos quais o desempenho é mais ou menos **satisfatório ou insatisfatório**, a Avaliação Institucional desafia a IES a melhorar ainda mais os aspectos satisfatórios e a corrigir os insatisfatórios. A metodologia utilizada no processo de auto avaliação tem como fundamento a Lei nº 10.861/2004, que no seu Art. 3º, estabelece as dimensões que devem ser foco da avaliação institucional a nível nacional e institucional. Em conformidade ao que consta no Roteiro de auto avaliação Institucional - Orientações Gerais, a Instituição organizou o processo de avaliação considerando os três núcleos sugeridos.

A partir do núcleo básico e comum serão elaboradas as questões com tópicos que integram os processos de avaliação interna, complementadas por outras selecionadas do núcleo de temas optativos. Atendendo ao núcleo de documentação, serão revisados e atualizados os dados e indicadores dos documentos institucionais, como contribuição para fundamentar e justificar as análises e interpretações. O processo de obtenção de informações que contempla essas dimensões será, majoritariamente, desenvolvido a partir de pesquisas quantitativas, realizadas por meio da aplicação de instrumentos de coleta apropriados e diferenciados, em todos os níveis de atuação. As pesquisas serão

desenvolvidas de forma a permitir a análise da área acadêmica, dando ênfase ao processo de ensino-aprendizagem no âmbito da graduação, considerando-se as características relevantes de seus principais atores, a saber: **corpo docente, corpo discente e pessoal técnico-administrativo**, considerando-se a organização e gestão da Faculdade, especialmente, o funcionamento e representatividade dos colegiados e a participação dos segmentos da comunidade nos processos decisórios. A partir desta metodologia será construído um instrumento que permita:

1. Analisar a Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional, sua execução e aplicabilidade e definir propostas de redirecionamento;
2. Verificar a existência de uma gestão democrática e autônoma;
3. Analisar e determinar os vetores da produtividade acadêmica da Faculdade que compõem o ensino de graduação, de pós-graduação e a extensão e, redefinir as políticas e sua aplicação visando possíveis mudanças, atualizações e adequações;
4. Verificar o compromisso e a contribuição da Faculdade em ações que envolvem responsabilidade social, buscando contemplar esta característica fundamental, considerando a sua finalidade e suas correlações com o cenário externo;
5. Avaliar a efetividade da comunicação da Faculdade com a comunidade, identificando as formas de aproximação utilizadas, buscando fazer com que a atividade acadêmica se comprometa com a melhoria das condições de vida da comunidade;
6. Avaliar a capacidade de administração financeira da faculdade buscando o cumprimento dos compromissos institucionais, a manutenção da sustentabilidade e do equilíbrio financeiro;
7. Avaliar o planejamento da carreira e capacitação do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, os processos de formação continuada e o nível de satisfação e relacionamento desses segmentos, buscando desenvolver e aprimorar o desenvolvimento profissional e as condições de trabalho do capital humano atuante na Faculdade;
8. Verificar e avaliar o grau de independência e autonomia da gestão acadêmica, os mecanismos de gestão, as relações de poder entre as

estruturas e a participação efetiva na construção das políticas da Faculdade, buscando coerência entre os meios de gestão e o cumprimento dos objetivos e planejamento institucional;

9. Avaliar as formas de atendimento ao corpo discente e integração deste à vida acadêmica, identificando os programas de ingresso, acompanhamento pedagógico, permanência do estudante, participação em programas de ensino, iniciação científica e extensão e a representação nos órgãos estudantis, buscando propostas de adequação e melhoria desta prática na instituição para a qualidade da vida estudantil;

10. Avaliar a infraestrutura física e tecnológica existente na Faculdade para atendimento do ensino e da extensão, tendo em vista a definição de propostas de redimensionamento.

6.0 INSTRUMENTOS UTILIZADOS

Para operacionalizar a proposta de avaliação interna a CPA disponibilizará questionários impressos — que constituem a base da auto avaliação institucional — para que ingressantes, alunos regulares, professores, gestores de cursos e pessoal técnico-administrativo respondam de forma livre e democrática. O questionário padrão deverá conter uma série de proposições baseadas nas orientações advindas da CONAES, às quais os respondentes foram solicitados a optar por várias alternativas. Serão elaborados questionários para cada segmento de participantes, nos quais a maioria das questões será comum, permitindo uma análise comparativa das opiniões coletadas. Tais questionários serão concebidos e organizados a partir das dez dimensões estabelecidas pela Lei nº 10.861/04, art. 3º visando à reflexão, análise e abordagens qualitativas que contribuam para a consolidação do processo avaliativo. Com essa estratégia torna-se possível avaliar quantitativa e qualitativamente os diferentes segmentos da comunidade acadêmica, bem como possibilitará o acompanhamento permanente da tendência do desempenho institucional.

7.0 ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS

A coleta de dados será seguida da etapa de processamento, com a tabulação dos dados da pesquisa e, a seguir, será realizada a análise quantitativa

e qualitativa das questões propostas. Nesta análise serão elaboradas tabelas com percentuais de respostas e gráficos, a partir dos quais serão realizados testes de significância e outras técnicas de análise estatística (quantitativas e qualitativas), que permitirão identificar relações estatisticamente relevantes entre variáveis. Será utilizado, como padrão de veracidade das relações, o Teste de Goodman, que permite a comparação de proporções dentro de cada grupo de participantes (alunos, docentes, coordenadores e funcionários técnico-administrativos) e entre eles. Os resultados serão comparados e discutidos possibilitando a identificação das potencialidades, oportunidades e fragilidades da instituição, bem como a elaboração de Plano de Metas e Ações.

A partir deste levantamento, a CPA juntamente com os órgãos diretores, estará providenciando atividades e meios para a implementação das metas e ações. Tendo em vista os resultados obtidos na auto avaliação, a instituição pretende repensar objetivos, modos de atuação e resultados na perspectiva de uma IES mais coerente com o momento histórico em que se insere, capacitada para responder às modificações estruturais da sociedade. Consequentemente, sempre que necessário, irá estudar, propor e implementar mudanças das atividades acadêmicas do ensino, da extensão e da gestão, assegurando a formulação de projetos pedagógicos e institucionais socialmente legitimados e relevantes.

8.0 PONTO CRÍTICO

Todos os itens que atingem média percentual acima de 70% são considerados **potencialidades**. Os itens que atingem médias abaixo de 30% na avaliação do público interno indicam **fragilidades**. Os itens que atingem média entre 30% e 70% indicam a **oportunidade** de melhorar a qualidade e o nível de desempenho do corpo social, da gestão organizacional e da infraestrutura da instituição. Para os resultados considerados fragilidades serão elaborados planos de ação propondo medidas de superação do problema detectado. Também para as oportunidades serão elaboradas metas e planos de ação com o objetivo de transformá-las em potencialidades.

9.0 RECURSOS

A realização do processo avaliativo supõe a garantia de infraestrutura material associada ao suporte técnico especializado e administrativo, como elementos básicos para viabilizar o trabalho. Quanto à infraestrutura material, considera-se fundamental a existência de um local para instalação da CPA, o que se coloca como condição simbólica da materialização da avaliação e de sua valorização pela administração da Faculdade. Esse local deve ser organizado com equipamentos indispensáveis às especificidades das atividades avaliativas, como computadores, impressora, acesso à internet, arquivos e material de escritório apropriado.

10.0 COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA

A Comissão Própria de Avaliação – CPA da Faculdade será criada pela PORTARIA específica expedida pelo Diretor Geral da instituição de ensino superior, atendendo o que preceitua o Artigo 11, inciso I da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que INSTITUIU o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. A CPA constitui-se em Órgão Colegiado com atribuições de condução dos processos de avaliação internos da IES, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelos órgãos de regulação da educação superior (MEC, INEP e CONAES); todas previstas no — caput II do Artigo 11 da lei 10.861/2004.

A CPA é um órgão de atuação autônoma em relação à Administração Superior da IES, em respeito ao Artigo 11, inciso II, da Lei 10.861/2004.

A Comissão Própria de Avaliação - CPA, observada a legislação pertinente, tem como finalidades precípuas:

- 1.0 Elaborar e aprovar o próprio Regimento;
- 2.0 Conduzir os processos de avaliação interna da IES;
- 3.0 Sistematizar e prestar informações solicitadas:
 - 3.1 Pelo Ministério da Educação – MEC;
 - 3.2 Pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP;
 - 3.3 Pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES.

4.0 Preparar e promover a elaboração de relatórios e/ou pareceres e encaminhá-los às instâncias competentes;

5.0 Desenvolver estudos e análises visando o fornecimento de subsídios para a implementação de uma cultura de avaliação da IES;

6.0 Apresentar projetos, programas e políticas que proporcionem a melhoria do processo avaliativo da IES.

A forma de composição, a duração do mandato de seus membros, a dinâmica de funcionamento e a especificação de atribuições da CPA deverão ser objeto de regulamentação própria, a ser aprovada pelo órgão colegiado máximo de cada instituição de educação superior, observando-se as seguintes diretrizes:

1. Necessária participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico-administrativo) e de representantes da sociedade civil organizada, ficando vedada à existência de maioria absoluta por parte de qualquer um dos segmentos representados;
2. Ampla divulgação de sua composição e de todas as suas atividades.

As atividades de avaliação serão realizadas devendo contemplar a análise global e integrada do conjunto de dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais da instituição de educação superior.

11.0 AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS DECORRENTES DAS AUTOAVALIAÇÕES E DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS

Anualmente, todos os coordenadores de curso deverão apresentar para a CPA as ações acadêmico-administrativas decorrentes das auto avaliações e das avaliações externas (avaliação de curso, ENADE, CPC e outras). Inclusive com um **PLANO DE MELHORIAS** aprovado pelo Colegiado de Curso. Essas ações serão analisadas e balizadas pela CPA.

1. Necessária participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico-administrativo) e de representantes da sociedade civil organizada, ficando vedada à existência de maioria absoluta por parte de qualquer um dos segmentos representados;
2. Ampla divulgação de sua composição e de todas as suas atividades.

As atividades de avaliação serão realizadas devendo contemplar a análise global e integrada do conjunto de dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais da instituição de educação superior.

12.0 AÇÕES PROPOSTAS

O quadro a seguir apresenta o resumo das ações planejadas, bem como o período de ocorrência de cada uma delas.

1ª. ETAPA - PREPARAÇÃO/SENSIBILIZAÇÃO

Objetivo	Responsáveis CPA e Dirigentes da Mantenedora e das diversas instâncias da Mantida					
Metas	Ações	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Conscientizar para os valores da Avaliação Institucional;	Constituição da CPA; Elenco dos aspectos legais da Avaliação Institucional no Brasil; Identificação dos princípios norteadores e os objetivos da avaliação institucional do CONAES; Elaboração do Plano de Avaliação Institucional; Realização de seminários; Realização de fóruns reflexivos;	X	X			
Sensibilizar para o processo de Avaliação Institucional;	Formação de grupos de trabalho; Utilização de recursos multimídia para apresentações, tais como: mídia impressa, mídia eletrônica, outras mídias; Consulta ao cliente interno (alunos, professores, coordenadores e técnico-administrativos);	X	X	X	X	X
Elaborar a proposta e planejamento.	Planejamento da pesquisa; Elaboração do questionário de Realização de pré-testes.	X	X	X	X	X

2ª ETAPA – DESENVOLVIMENTO

Objetivo	DESENVOLVIMENTO					
Responsáveis <i>CPA Alunos, Professores Coordenadores, Técnico- administrativo</i>						
Metas	Ações	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Elaborar o diagnóstico da Instituição Descrever a situação da Faculdade, termos de desempenho organizacional;	1-Coleta de dados: utilizando os questionários elaborados na 1ª etapa. 2- Análise de dados: organizar, sintetizar os dados coletados nas fases de auto avaliação e interpretar dados quantitativos, por meio de método científico. Avaliação dos seguintes indicadores: 2- Gestão: - Administração Institucional; -Responsabilidade Social; -Sustentabilidade Financeira.	X	X			
Elaborar o diagnóstico da Instituição Descrever a situação da Faculdade, em termos de ENSINO;	3- Ensino (sequencial, graduação e pós-graduação): Pesquisa; Extensão/cultura; Projetos Pedagógicos dos cursos: Currículo do curso; Interdisciplinaridade; Disciplinas do curso quanto ao: 1. Plano de ensino; 2. Fontes bibliográficas; 3. Procedimentos didáticos; 4. Conteúdo ministrado; 5. Instrumentos de avaliação; Atividades práticas e de pesquisa (estágios, monitoria, iniciação científica).		X	X	X	X
Descrever a situação da Faculdade, em termos de desempenho organizacional; Elaborar o diagnóstico da Instituição. Descrever a situação da Faculdade, em termos de ENSINO;	4- Corpo Docente: Desempenho docente. 5-- Corpo Discente: Desempenho discente; Egressos; Desempenho do egresso em relação ao mercado de trabalho; Perfil profissional; Adequação do currículo/disciplina às necessidades futuras; Qualidade do curso no mercado de trabalho.		X	X	X	X
Subsidiar o processo de tomada de decisão.	5- Infraestrutura: Condições para o desenvolvimento das disciplinas em termos de recursos humanos e de infraestrutura disponível (biblioteca, laboratórios, oficinas, atelier, outros). 3- Elaborar relatórios parciais		X	X	X	X

3ª ETAPA - CONSOLIDAÇÃO

Objetivo	Consolidação- Responsáveis CPA e Dirigentes da Instituição					
Metas	Ações	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Síntese global	Avaliação e integração das propostas; Consolidação das sugestões dos coordenadores e colegiados dos cursos, quanto ao relatório geral; Elaboração do relatório, descrevendo o processo avaliativo e os resultados da avaliação institucional; Envio do relatório aos coordenadores e colegiados dos cursos, para apreciação; Elaboração do relatório final.		X	X	X	X
Divulgar e discutir internamente; Tornar transparente o processo avaliativo; Comunicar os resultados da Avaliação Institucional na comunidade acadêmica e em geral.	Divulgação dos Documentos Informativos (impressos eletrônicos); relatório geral para: -Mantenedores; Diretores; Discussão - reuniões; Conhecimento dos pontos fortes e fracos da Faculdade; Elenco de ações corretivas para aperfeiçoamento do desempenho, nos aspectos de ensino, pesquisa, pós-graduação, extensão/cultura e gestão.			X	X	X
Balanço Crítico	Análise das estratégias utilizadas; Análise das dificuldades; Análise dos avanços; Indicadores para planejamento de ações futuras: medidas corretivo-saneadoras; Exploração dos pontos fortes; Subsídio ao processo de tomada de decisão; Realimentação do processo de avaliação institucional.			X	X	X
Retroalimentação/ Reavaliação	Permanente continuidade do processo; Releitura da realidade; Avaliação de medidas de correção ou aperfeiçoamento; Proposição de alternativas.			X	X	X

13.0 BIBLIOGRAFIA

AFONSO, A. **Estado, mercado, comunidade e avaliação**: esboço para uma rearticulação crítica. Educação & Sociedade, Campinas, SP: Unicamp, v. 20, n. 69, p. 139-164, dez. 1999.

_____. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação. São Paulo: Cortez, 2000.

BALZAN, N. C.; DIAS SOBRINHO, J. (Orgs.). **Avaliação institucional**: teoria e experiências. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BARREYRO, G. B. **Do Provão ao SINAES**: o processo de construção de um novo modelo de avaliação da educação superior. Avaliação: revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior - RAIES, Campinas, SP, v. 8, n. 4, p. 37-49, 2003.

BORDA, V. **Avaliação Institucional nas escolas técnicas do Centro Paula Souza**: o observatório escolar. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências. UNESP, 2010.

BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. Org. Noqueira, Maria Alice e Catani, Afrânio. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Resultados e Tendências da Educação Superior no Brasil**. Brasília: Inep, 2000.

Desempenho do sistema educacional brasileiro: 1994-1999 e Educação brasileira: políticas e resultados. Brasília, 2000.

(www.inep.gov.br). **Expansão das universidades federais**: o sonho se torna realidade! Período de 2003 a 2006. Brasília, 2006.

DECRETO n. 6.096, de 24 de abril de 2007 **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MEC/SESU. **Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras**. (PAIUB). Brasília, MEC/SESU. 1994.

DIAS SOBRINHO, J. **Quase mercado, Quase educação, Quase qualidade**: tendências e tensões na educação superior. In: Universidade e a avaliação: entre a ética e o mercado. Florianópolis: Insular, 2002.

Campo e caminhos da avaliação: a avaliação da educação superior no Brasil. In: FREITAS, L. C. de. (org) **Avaliação: construindo o campo e a crítica**. Florianópolis: Insular, 2002. p. 13-62.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria?** Educação & Sociedade, Campinas, SP: Unicamp, v. 25, n. 88, Especial, p. 703-725, out. 2004.

GADOTTI, M. **Avaliação Institucional: necessidades e condições para a sua realização**. Centro de Referência Paulo Freire, São Paulo, SP. Disponível em: <http://www.paulofreire.org/twiki/pub/Institucional/MoacirGadottiArtigosIt0029/Avali_Institucional.pdf>. Acesso em: 11 out. 2009.

GATTI, B. A. **Avaliação institucional: processo descritivo, analítico ou reflexivo?** Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, v. 17, n. 34, p. 7-14, maio/ ago. 2009.

MARTINS, C. B. **Ensino superior no Brasil: transformações e perspectivas**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

NASCIMENTO, I. V.; LIMA, R. N. **Política pública de educação no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2006. p. 52-78.

POLIDORI, M. M.; MARINHO-ARAUJO, C. M.; BARREYRO, G. B. SINAES: perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. Ensaio: aval. pol. públ. Educ. [online]. 2006, vol.14, n.53, pp. 425-436.

RISTOFF, D. I. **Princípios do Programa de Avaliação Institucional**. Avaliação. Raies, Campinas, ano1, n.1, p.47-53, jul. 1996.

SANCHES, R. C. F. **Avaliação Institucional e Projeto Pedagógico: articulação imprescindível**. Tese Doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista: Marília, 2007.

SAVIANI, D. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. Campinas: Autores Associados, 2000.

22-SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação / [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira]. – 2. ed., ampl. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. 155 p